
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 640 DE 26 DE AGOSTO DE 2025

AUTORIZA O CHEFE DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA FINS
DE EXPANSÃO INDUSTRIAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica desafetado do uso comum do povo o imóvel constante da matrícula nº 09.673, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, com área de 840 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados), com benfeitorias, situado no PARQUE INDUSTRIAL I, Lote 10-A, da quadra nº 01, de propriedade do Município de Prado Ferreira, com confrontações e margens constantes na referida matrícula, passando a sua utilização ser de natureza dominical desde a data da promulgação desta lei, nos termos do art. 99, inc. III do Código Civil.

§1º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal a alienar a área descrita no *caput*, à empresa WM RESISTÊNCIA ELÉTRICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J/MF nº 09.287.249/0001-02, inscrição estadual nº 9042689170, com sede na Marginal Ari Rodrigues, nº 34, Parque Industrial I, nesta cidade de Prado Ferreira.

§2º O imóvel descrito no *caput* deste artigo está avaliado em R\$ 450.800,00 (quatrocentos e cinquenta mil e oitocentos reais), conforme laudo de avaliação elaborado pela Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 184/2023.

§3º O valor total mencionado no §2º, refere-se a soma de R\$ 82.100,00 (oitenta e dois mil e cem reais) referente ao valor do lote, acrescido da importância de R\$ 368.700,00 (trezentos e sessenta e oito mil e setecentos reais) referente ao valor da benfeitoria consistente em um barracão de 250 m², conforme discriminado no auto de avaliação.

Art. 2º - A Alienação do imóvel objeto desta lei, realizar-se-á por meio de Escritura Pública direta, na modalidade “Concessão de Direito Real de Uso”, fazendo constar expressamente os encargos constantes no art. 3º e 4º desta lei, além de outros a serem inseridos no instrumento translativo da posse que vier a ser celebrado.

Art. 3º - No instrumento de Alienação, deverá obrigatoriamente constar os seguintes encargos:

geração de no mínimo 03 (três) empregos diretos para o primeiro ano, contados a partir da assinatura do Contrato Administrativo;

geração de no mínimo 06 (seis) empregos diretos no segundo ano, contados a partir da assinatura do Contrato Administrativo;

início da implantação do empreendimento, no prazo de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Contrato Administrativo, prorrogável por igual período mediante anuência do Poder Executivo;

início das atividades do empreendimento, no prazo de 01 (um) ano, contados da assinatura do Contrato Administrativo, prorrogável por igual período mediante anuência do Poder Executivo;

finalidade exclusivamente industrial ou comercial;

Art. 4º. Caso o Concessionário não cumpra os encargos estabelecidos nesta Lei ou no instrumento a ser firmado, fica resolvida a concessão e o imóvel automaticamente revertido em favor do Município.

§1º Ainda, são encargos obrigatórios do instrumento de concessão e que darão causa à Resolução do Contrato:

I - Dê o Concessionário destinação diversa da estabelecida no artigo 3º, alínea “e”, desta Lei;

II - Interrompa o funcionamento da empresa por mais de 06 (seis) meses.

III – Não atender ao requisito do número mínimo de empregos disciplinado no art. 3º, vinculado aos exatos termos da proposta vencedora do certame licitatório.

IV – Transferir a concessão ou uso, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento do Município, dado por escrito.

§2º Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no *caput* deste artigo ou nos incisos do §1º, o imóvel, bem como suas benfeitorias, acessões e pertenças serão revertidas ao patrimônio público sem direito a qualquer indenização, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem direito a retenção, ficando o concessionário obrigado a desocupar o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, e não o fazendo será tido como esbulhador da posse, sujeito a ação possessória própria.

§3º Os encargos descritos no art. 3º e 4º e demais cláusulas contratuais que possam acarretar na Resolução deverão, obrigatoriamente, constar no Contrato e da Escritura Pública, a serem averbadas na matrícula do imóvel.

Art. 5º - A concessão de que trata o artigo 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do contrato administrativo.

§1º - O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, através de Lei específica, a critério da Administração Pública, com escopo de atender ao interesse público devidamente caracterizado através de motivação expressa.

§2º - Transcorrido o prazo que trata o *caput* desse artigo o imóvel retornará à posse do Município, com incorporação de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus ao cofre público.

Art. 6º - A entidade concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venha a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, 26 de agosto de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:7884925F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/09/2025. Edição 3355

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>